

**HABEAS CORPUS Nº 515.023 - MA (2019/0167100-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : FRANCISCO EDISON VASCONCELOS JUNIOR E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ELVIS ALVES DE SOUZA - MA017499  
FRANCISCO EDISON VASCONCELOS JUNIOR - MA018023  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**PACIENTE** : HELIO WAGNER RODRIGUES SILVA (PRESO)  
**PACIENTE** : OZIEL GOMES DA SILVA (PRESO)  
**PACIENTE** : JOSE MOURAO MARTINS (PRESO)  
**PACIENTE** : MAURO ROGERIO PIRES (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de HELIO WAGNER RODRIGUES SILVA e OUTROS contra decisão monocrática do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão que indeferiu a medida liminar formulada no HC n. 0804709-31.2019.8.10.0000.

Narra a defesa que os pacientes, todos vereadores, foram presos temporariamente no dia 5/6/2019, a requerimento do Ministério Público, em decorrência do andamento das investigações acerca da suposta prática dos crimes de corrupção passiva e associação criminosa.

Inconformada com a prisão cautelar, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário e, como antes relatado, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 47/49), assim como o pedido de reconsideração (e-STJ fls. 51/54).

Nas razões do presente *mandamus* (e-STJ fls. 4/16), suscita a nulidade das decisões que decretaram as prisões temporárias dos pacientes, por fundamentação inidônea e ausência dos requisitos legais autorizadores da medida extrema. Aduz que todos os mandados de busca e apreensão foram cumpridos nas residências dos pacientes, bem como foi efetiva a quebra dos sigilos bancário e fiscal, o que torna a prisão desnecessária.

Aduz a defesa que os efeitos da decisão liminar objurgada devem ser estendidos a OZIEL GOMES DA SILVA e MAURO ROGERIO PIRES

(HC 0804729-22.2019.8.10.0000), [porque] foram diretamente afetados pela decisão primeira, em razão da prevenção ocasionada pelo impetração em regime de plantão (e-STJ fl. 10).

Argumenta, por fim, haver constrangimento ilegal na manutenção da custódia cautelar, especialmente diante da possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas.

A defesa pugna, liminarmente e no mérito, pela revogações das prisões temporárias dos pacientes, mesmo mediante a imposição de medidas cautelares diversas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal, tudo com superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

É o relatório. **Decido.**

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido.

Isso porque é assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante ilegalidade. A propósito:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 306.319/CE, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).*

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DE HABEAS CORPUS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691 DO*

*SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO, NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PERDA DE OBJETO DO PRÓPRIO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.*

*1. Tratando-se de impetração contra decisão monocrática, proferida por Desembargador Relator do Tribunal Estadual, que indeferiu pedido de liminar, em que não se observa teratologia ou falta de fundamentação, não há que ser mitigada a aplicação da Súmula n. 691 do STF.*

*2. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, a superveniência de acórdão, apreciando o mérito do writ originário, impetrado em 2º Grau, torna prejudicada a análise do habeas corpus, impetrado neste Superior Tribunal de Justiça.*

*3. Prejudicado o agravo regimental, em face da perda superveniente de objeto deste writ, pelo julgamento do habeas corpus na origem.*

*4. Agravo Regimental prejudicado. (AgRg no HC n. 288.056/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 12/05/2015, DJe 26/05/2015).*

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que ocorre na espécie.

Registra-se, primeiramente, que não possível fazer a inclusão, nesta instância superior, dos corréus OZIEL GOMES DA SILVA e MAURO ROGERIO PIRES (eles não compõem o writ originário). Não é possível estender efeitos da decisão objurgada (de indeferimento da medida liminar) a eles, sob pena de violação aos princípios processuais de admissibilidade recursal.

Depois, consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a

desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal, pois, sob a cognição sumária, está devidamente fundamentada, *in verbis* (e-STJ fls. 47/49):

**DECIDO.**

*De início, cumpre registrar que o pleito se adequa à hipótese a ser apreciada no plantão judicial de segundo grau, nos termos do art. 19, I, do RITJMA:*

*“Art. 19. O plantão judiciário de 2º grau destina-se a conhecer, exclusivamente: I - dos pedidos de liminares em habeas corpus e mandados de segurança impetrados contra atos e decisões dos juízes de direito;” Quanto ao pedido de liminar, em que pese os argumentos alicerçados na inicial da impetração, não vislumbro, à primeira vista, a presença dos requisitos e, os quais são fumus boni juris periculum in mora necessários para a concessão da medida liminar, em sede de, eis que não resta evidente, habeas corpus neste momento, a suposta coação ilegal.*

*Isto porque, no que se refere à preliminar levantada pelo impetrante de inconstitucionalidade da prisão temporária (Lei nº 7.960/89), tal matéria se encontra em discussão, desde o ano de 2008, no Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4109, inexistindo qualquer pronunciamento, sobre o tema, até a presente data.*

*Portanto, se a questão já se encontra sob a tutela da Corte Suprema, sem qualquer manifestação quanto à suspensão dos seus efeitos, entendo que a norma está plenamente vigente, até ulterior deliberação na referida ADI, não havendo se falar em inconstitucionalidade da prisão temporária, sobretudo em sede de análise precária.*

*No que diz respeito à ausência dos motivos ensejadores da prisão temporária, ao contrário do que foi alegado pelo impetrante, vislumbro, no atacado (Id 3716697), elementos suficientes para a decisum manutenção da prisão temporária, uma vez que os pacientes e demais investigados estariam atuando em contexto de associação criminosa voltada à prática do crime de corrupção passiva, ao utilizarem seus cargos de vereadores para solicitarem vantagem indevida com o objetivo de arquivar uma CPI instalada em desfavor da atual prefeita do Município de Vitória do Mearim.*

*Segundo o requerimento de prisão temporária formulado pelo Ministério Público, foram obtidos registros audiovisuais que indicariam a participação de um grupo de 07 (sete) vereadores daquela municipalidade, em reuniões e encontros com o fim “negociar” o arquivamento da mencionada CPI instaurada na Câmara Municipal de Vitória do Mearim, em desfavor da prefeita daquela urbe, mediante o pagamento de quantia que*

*varia entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais), 70.000,00 (setenta mil reais) e 40.000,00 (quarenta mil reais), para cada um dos vereadores integrantes do “Grupo dos 07”.*

*Assim, como as investigações indicaram a realização de vários encontros e reuniões, na qual participaram outros interlocutores, além dos investigados, bem como nas mídias obtidas pelo órgão ministerial foram referidas outras testemunhas que não estavam presentes nas reuniões, necessário se faz o aprofundamento das investigações, conforme autorizado pelo magistrado de base, a fim de se colher mais elementos para uma eventual deflagração de ação penal.*

*Dessa forma, o mero depoimento prestado pelos pacientes no início das investigações, bem como o material apreendido pela polícia judiciária no ato de cumprimento do mandado de busca e apreensão, por si só, não é suficiente para fornecer elementos suficientes à conclusão das investigações.*

*Outrossim, enquanto não aprofundada as investigações, a soltura dos pacientes e demais investigados poderá influir na colheita de provas, uma vez que podem utilizar de seus cargos para intimidarem eventuais testemunhas que queiram colaborar.*

*Nestes termos, a não há como acolher, neste momento, a alegação de ausência de fundamentação, uma vez que o decreto de prisão temporária aparenta obedecer os requisitos constantes no art. 1º, incisos I e III da Lei nº 7.960/89:*

***Art. 1º Caberá prisão temporária:***

***I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;***

***III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:***

***l) quadrilha ou bando (art. 288), todos do Código Penal (associação criminosa);***

*Por fim, entendo não ser possível a substituição da prisão temporária por medidas cautelares, ao menos por enquanto, tendo em vista que a aplicação destas, isoladamente, não são suficientes para garantir a integridade das investigações pelos motivos já elencados.*

*Dessa forma, ad cautelam **INDEFIRO a liminar pleiteada.***  
*(grifos originais)*

Ademais, a análise perfunctória do writ não evidencia a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem de

ofício. É certo que questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator